

### Benefício das tecnologias nas serventias extrajudiciais

#### Autor(res)

Administrador Kroton  
Ranielle Aparecida Da Silva  
Luciana Leal De Carvalho Pinto  
Ivone Alves De Sousa Santos  
Renata Apolinário De Castro Lima

#### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

#### Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA

#### Introdução

A partir de 01 de janeiro de 1976, quando entra em vigor a Lei de Registros Públicos (6015/73), as serventias extrajudiciais evoluem do sistema manual de transcrições para o sistema de fichas, que deixa de ser manuscrita para serem datilografadas, além de trazer o princípio da especialidade que diz que todo imóvel que seja objeto de registro deve estar perfeitamente individualizado, em outras palavras, cada imóvel deve possuir sua matrícula única e os atos referente ao mesmo devem estar centralizados nessa matrícula, o que traz uma facilidade na transmissão das informações.

A tecnologia nas serventias extrajudiciais trouxe a facilidade de digitalizar os arquivos, emitir documentos digitais, e fornecer informações em tempo real, mas tudo isso deve e é regulamentado pelo Provimento 74 de 31/07/2018, do CNJ.

#### Objetivo

O objetivo desse artigo é mostrar as facilidades que a tecnologia trouxe para as serventias extrajudiciais, facilitando o acesso às informações, o que traz segurança aos negócios jurídicos.

#### Material e Métodos

Os métodos utilizados trazem um pequeno contexto histórico, e analisa legislações que regulamentam as tecnologias nas serventias extrajudiciais. Os dados coletados foram analisados qualitativamente, permitindo uma compreensão abrangente da importância das tecnologias nos cartórios e evidencia a constante evolução, dos mesmos, na busca de oferecer aos cidadãos um atendimento cada vez mais célere e seguro.

#### Resultados e Discussão

O Provimento Nº 74 de 31/07/2018, dispõe sobre padrões mínimos de tecnologia da informação para a segurança, integridade e disponibilidade de dados, não é só digitalizar e disponibilizar os dados é necessário adotar políticas de segurança de informação com relação à confidencialidade, disponibilidade, autenticidade e integridade, ter plano de continuidade de negócios, backup regulares, dentre outras medidas para que o uso intensivo de recursos



de informática seja adequado e eficiente na prestação dos serviços extrajudiciais.

Os sistemas das serventias extrajudiciais devem cumprir diversas obrigações, como elaborar, imprimir e gravar eletronicamente todos os atos lavrados na serventia e garantir a correspondência entre o ato lavrado e as informações eletrônicas constantes no sistema. Esses sistemas também devem permitir a consulta e emissão de relatórios referentes ao estoque e à utilização dos Selos e controlar o acervo de imagens digitalizadas dos atos praticados.

### Conclusão

Por tanto, faz-se nítida a importância dos bancos de dados eletrônicos e dos sistemas de automação na prestação adequada e eficiente dos serviços extrajudiciais. Fica evidente que os serviços notariais e registrais estão em constante evolução, buscando oferecer aos cidadãos um atendimento cada vez mais célere e seguro.

### Referências

Lei nº 6.015 de 31 de dezembro de 1973. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6015compilada.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6015compilada.htm). Acesso em: 17 abr. 2025

Provimento Nº 74 de 31/07/2018. <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2637>. Acesso em: 17 abr. 2025

Dias, Felipe. (2024). O IMPACTO DAS TECNOLOGIAS E INOVAÇÕES NA EFICIÊNCIA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PELAS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS NO BRASIL. [Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu da Universidade Católica de Brasília, processo seletivo do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito (Mestrado)]. <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://btdt.ucb.br:8443/jspui/bitstream/tede/3552/2/FelipeBeltr%c3%a3oDiasDissertacao2024.pdf>